

do órgão ambiental competente, para a emissão da respectiva licença ambiental. Parágrafo único: O órgão ambiental licenciador, no âmbito estadual ou municipal, poderá estabelecer termo de cooperação ou de ajustamento de conduta com os piscicultores ou entidades representantes dos piscicultores, estabelecendo o prazo para a regularização dos empreendimentos implantados antes da Lei nº 17.622, de 17 de dezembro de 2018. Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário. **RICARDO ZANATTA GUIDI** **Presidente do Consema.**

Cod. Mat.: 957104

**RESOLUÇÃO CONSEMA Nº 227, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023.** Altera a Resolução CONSEMA nº 117, de 1º de dezembro de 2017, que “Estabelece critérios gerais para exercício do licenciamento ambiental municipal de atividades, obras e empreendimentos que causem ou possam causar impacto de âmbito local em todo o Estado de Santa Catarina”. O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE DE SANTA CATARINA (CONSEMA), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009 e pelo inciso VI do art. 9º, do Anexo Único, do Decreto nº 2.143, de 11 de abril de 2014; e Considerando os autos do processo SGP-e nº SEMAE 1428/2023, RESOLVE: Art. 1º Os incisos VI e IX, do art. 1º da Resolução CONSEMA nº 117, de 01 de dezembro de 2017, passam a vigorar com a seguinte redação: “Art. 1º VI - Impacto ambiental de âmbito local - aquele causado por empreendimento cuja área de intervenção e área de influência direta da atividade estejam localizadas em espaço territorial de um único município e cujas características, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade ou empreendimento, se enquadrem na tipologia definida pelo CONSEMA. IX - Quadro técnico municipal habilitado - equipe de profissionais técnicos, próprios da Administração, de Consórcio Público, ou à disposição destes, com nível superior e registro profissional em seu respectivo Conselho Profissional, com atribuição para análise de processos de licenciamento ambiental e demais atividades relativas ao controle e fiscalização ambiental Art. 2º O § 3º, do art. 7º da Resolução CONSEMA nº 117, de 01 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 7º § 3º Todos os profissionais componentes do quadro técnico municipal habilitado ou da equipe técnica de suporte, devem estar devidamente habilitados e registrados em seus respectivos Conselhos Profissionais, com expedição de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Anotação de Função Técnica (AFT). Art. 3º Fica incluído o §5º no art. 7º da Resolução CONSEMA nº 117, de 01 de dezembro de 2017, com a seguinte redação: “Art. 7º § 5º É vedada a contratação de empresa terceirizada para exercer as atribuições do quadro técnico municipal habilitado, definido nesta resolução. Art. 4º O art. 12 da Resolução CONSEMA nº 117, de 01 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 12. O órgão ambiental estadual poderá disponibilizar aos órgãos municipais de meio ambiente o acesso ao sistema informatizado para controle dos processos de licenciamento e fiscalização utilizado pelo Estado.” Art. 5º O art. 17 da Resolução CONSEMA nº 117, de 01 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 17. O ente federativo poderá delegar, mediante convênio, a execução de ações administrativas a ele atribuídas, desde que o ente destinatário da delegação disponha de Órgão Ambiental capacitado a executar as ações administrativas a serem delegadas e de Conselho de Meio Ambiente.” Art. 6º Ficam revogados o parágrafo único do art. 8º e o parágrafo único do art. 12 da Resolução CONSEMA nº 117, de 01 de dezembro de 2017. Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. **RICARDO ZANATTA GUIDI** **Presidente do Consema.**

Cod. Mat.: 957105

## PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº282 de 05/12/2023  
**O SECRETÁRIO DE ESTADO DA PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**, de acordo com a delegação de competência conferida nos Incisos I e III, § 2º, Art. 106, da Lei Complementar 741, de 12 de junho de 2019, **RESOLVE:** Autorizar o servidor Douglas D´Ávila Bida, matrícula 0930.146-1-01, CNH 030XXXXXX22, CATEGORIA AB, a conduzir veículos oficiais da Secretaria da Proteção e Defesa Civil a contar de 04/12/2023.

**LUIZ ARMANDO SCHROEDER REIS**

Secretário de Estado da Proteção e Defesa Civil

Cod. Mat.: 957174

## SAÚDE

**PORTARIA nº 1049, de 30/11/2023.**

**A SECRETÁRIA DE ESTADO DA SAÚDE**, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, de acordo com o disposto no art.

106, § 2º, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 741 de 12 de junho de 2019, e conforme processo nº SES 260424/2023, resolve **DESIGNAR**, KLEBER ASTOLF JAYME, matrícula nº 0363077-3-01, para responder pelo expediente de Diretor de Auditoria, no período de 04/12/2023 a 13/12/2023, em razão de afastamento do titular.

**CARMEN EMÍLIA BONFÁ ZANOTTO**  
**Secretária de Estado da Saúde.**

**\*Republicada por incorreção**

Cod. Mat.: 957571

PORTARIA N. 583 de 01/12/2023  
A CORREGEDORA DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e conforme delegação de competência estabelecida nos termos da Portaria nº 292/2020, resolve: PRORROGAR, de acordo com o artigo 24, da Lei Complementar nº 491/2010, os efeitos da Portaria nº 528/2023, publicada no Diário Oficial do Estado nº 22.137 de 06/11/2023, para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância Investigativa nos autos do processo SES 6652/2023 a contar de 05/12/2023. **FLORA PAULESKY JULIANI DE ARRUDA**  
Corregedora

Cod. Mat.: 956760

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: A Secretária de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 187898/2023** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 108 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa MEDCOM COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA, inscritasob o CNPJ n. 25211499000379, a penalidade de **ADVERTÊNCIA** por descumprimento do prazo de entrega da Autorização de Fornecimento n. 16629/2023, Edital n. 1598/2022 e Ata de Registro de Preço n. 1690/2022.

Cod. Mat.: 956781

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 63674/2023** e em consonância com o inc. II do art. 87 da Lei 8.666/93 e inc. III do art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA - CNPJ nº 79.283.065/0001-41, a penalidade de **MULTA** no valor de R\$ 47.866,08 por descumprimento do Contrato n. 731/2018 – Edital nº 080/2018.

Cod. Mat.: 956767

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:  
**EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2020TR000263.**  
**CONCEDENTE:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENIENTE:** Secretaria Municipal de Saúde de Joinville, por meio do Fundo Municipal de Saúde. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO:** Fica aditada a Cláusula Trigesima Terceira (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: “Cláusula Trigesima Terceira – Da Vigência”: O prazo do Convênio nº 2020TR000263 fica prorrogado até 31 de dezembro de 2024, tendo em vista o disposto no Art. 41 do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:** A justificativa para a celebração do adendo visa à operacionalização burocrática do relacionamento atendendo-se aos ditames legais especificamente para que a Conveniente possa executar objeto conveniado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. **DATA:** Florianópolis, 23 de novembro de 2023. **SIGNATÁRIOS:** Carmen Emília Bonfá Zanotto, pela SES e Tania Maria Eberhardt, pela SMS.  
Cod. Mat.: 957175

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:  
**EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2020TR001017.**  
**CONCEDENTE:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENIENTE:** Secretaria Municipal de Saúde de Joinville, por meio do Fundo Municipal de Saúde. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO:** Fica aditada a Cláusula Vigésima Nona (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: “Cláusula Vigésima Nona – Da Vigência”: O prazo do Convênio nº 2020TR001017 fica prorrogado

até 31 de março de 2024, tendo em vista o disposto no Art. 41 do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:** A justificativa para a celebração do adendo visa à operacionalização burocrática do relacionamento atendendo-se aos ditames legais especificamente para que a Conveniente possa executar objeto conveniado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. **DATA:** Florianópolis, 23 de novembro de 2023. **SIGNATÁRIOS:** Carmen Emília Bonfá Zanotto, pela SES e Tania Maria Eberhardt, pela SMS.

Cod. Mat.: 957176

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:  
**EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2020TR001012.**  
**CONCEDENTE:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENIENTE:** Secretaria Municipal de Saúde de Joinville, por meio do Fundo Municipal de Saúde. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO:** Fica aditada a Cláusula Trigesima Segunda (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: “Cláusula Trigesima Segunda – Da Vigência”: O prazo do Convênio nº 2020TR001012 fica prorrogado até 31 de dezembro de 2024, tendo em vista o disposto no Art. 41 do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:** A justificativa para a celebração do adendo visa à operacionalização burocrática do relacionamento atendendo-se aos ditames legais especificamente para que a Conveniente possa executar objeto conveniado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. **DATA:** Florianópolis, 23 de novembro de 2023. **SIGNATÁRIOS:** Carmen Emília Bonfá Zanotto, pela SES e Tania Maria Eberhardt, pela SMS.  
Cod. Mat.: 957177

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:  
**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2023TR000166.**  
**CONCEDENTE:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENIENTE:** Secretaria Municipal de Saúde de Joinville, por meio do Fundo Municipal de Saúde. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO:** Fica aditada a Cláusula Vigésima Nona (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: “Cláusula Vigésima Nona – Da Vigência”: O prazo do Convênio nº 2023TR000166 fica prorrogado até 31 de março de 2024, tendo em vista o disposto no Art. 41 do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:** A justificativa para a celebração do adendo visa à operacionalização burocrática do relacionamento atendendo-se aos ditames legais especificamente para que a Conveniente possa executar objeto conveniado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. **DATA:** Florianópolis, 23 de novembro de 2023. **SIGNATÁRIOS:** Carmen Emília Bonfá Zanotto, pela SES e Tania Maria Eberhardt, pela SMS.  
Cod. Mat.: 957178

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:  
**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2023TR000768.**  
**CONCEDENTE:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENIENTE:** Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural de São Bonifácio, com sede no município de São Bonifácio. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO:** Fica aditada a Cláusula Vigésima Nona (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: “Cláusula Vigésima Nona – Da Vigência”: O prazo do Convênio nº 2023TR000768 fica prorrogado até 31 de julho de 2024, tendo em vista o disposto no Art. 41 do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:** A justificativa para a celebração do adendo visa à operacionalização burocrática do relacionamento atendendo-se aos ditames legais especificamente para que a Conveniente possa executar objeto conveniado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. **DATA:** Florianópolis, 23 de novembro de 2023. **SIGNATÁRIOS:** Carmen Emília Bonfá Zanotto, pela SES e Paulo Ricardo Schmitz, pela Fundação.  
Cod. Mat.: 957179